

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA



**RELATÓRIO DE AUDITORIA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
EXERCÍCIO – 2018
FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
EXERCÍCIO – 2018
UG-300011 – FUNDEP**



INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se à Prestação de Contas Anual do Fundo Especial da Defensoria Pública - FUNDEP, sob responsabilidade do Defensor Público-Geral, Dr. Marcus Edson de Lima, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Registra-se que, este relatório tomou como base as exigências da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em seu artigo 35, parágrafo único, c/c artigo 9º, inciso III, bem como, na Instrução Normativa 013/TCE-RO-2004, artigo 7º, inciso III e demais orientações normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado e legislações pertinentes.

Visamos análise do desempenho institucional, abrangendo a execução orçamentária, aprovado pela Lei Estadual nº 4.231, de 28 de dezembro de 2017 (LOA 2018), bem como, o sistema de contabilidade e suas respectivas demonstrações contábeis, por meio das informações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para, assim, atender o princípio da transparência na gestão pública.

O Fundo Especial da Defensoria Pública – FUNDEP/RO foi criado pela Lei Estadual n. 3.537/2015, regulamentado através do Provimento Conjunto n. 004/2016-PR-CG, publicado no Diário da Justiça n. 127, de 08 de julho de 2016, possuindo a finalidade de complementar os recursos financeiros indispensáveis ao custeio e aos investimentos da Defensoria Pública, voltados a consecução de suas finalidades institucionais, conforme previsto no artigo 105 da Constituição Estadual.

Salientamos que esta subscritora assumiu as funções de Chefia do Controle Interno no dia 1º de fevereiro de 2019, portanto, não teve a oportunidade de participar e acompanhar a gestão durante o exercício de 2018, tampouco, avaliar a eficiência e eficácia dos sistemas de controles e das ações desenvolvidas no FUNDEP.

1. DO ESCOPO DO RELATÓRIO

Os trabalhos foram efetuados visando apresentar, nos termos da Constituição Federal art. 74 e art. 9º, III da Lei Complementar Estadual nº 154/1996, a avaliação da Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública - FUNDEP, no exercício de 2018, observando: (a) adequada



observância dos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública, bem como, as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução do orçamento e da gestão fiscal; e (b) se os resultados das variações ocorridas no exercício financeiro, representadas por meio das Demonstrações Contábeis, refletem, sobre todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial, de acordo com as disposições da Lei n° 4.320/1964, da Lei Complementar n° 101/2000 e das demais normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

2. DO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O relatório das atividades do FUNDEP (PPA 2016 – 2019), durante o exercício 2018, apresenta, de forma sintética, as Ações desenvolvidas no decorrer do exercício em análise, evidenciando que os Projetos e Atividades descritos no Programa de **(2046)** Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – FUNDEP, estão sendo executados.

Registra-se que, o relatório de gestão do FUNDEP - exercício de 2018 apresenta índices insatisfatórios no desempenho do programa, entretanto, salientamos que a dotação inicialmente prevista para o FUNDEP era de R\$ 7.245.954,00 (sete milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), sofrendo alterações no decorrer do exercício financeiro, sendo suplementado em expressiva quantia, até o montante de R\$ 11.950.064,49 (onze milhões, novecentos e cinquenta mil e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

Assim, este fato acarretou grande repercussão na apuração do Desempenho do Programa, como se observa nas Avaliações e Demonstrativos apresentados pela Divisão de Planejamento desta Defensoria⁸.

E, ainda, esse desempenho abaixo do previsto deve ser analisado em conjunto com outros fatores, pois a regulamentação do FUNDEP ocorreu por meio do Provimento Conjunto n. 004/2016-PR-CG, publicado no Diário da Justiça n. 127, de 08 de julho de 2016, prejudicando a execução do orçamento previsto naquele exercício e nos subsequentes.

Observamos que, quando comparado ao orçamento inicialmente previsto e as metas

⁸ Fls. 72-v do P.A. 3001.0220.2019/DPE-RO



físicas, estas foram, quase todas, alcançadas ou superadas. Entretanto, orientamos que, diante da nova realidade desta Defensoria Pública e recursos arrecadados pelo FUNDEP, a Divisão de Planejamento realize revisão das metas estipuladas para o próximo PPA (2020-2023), visando estabelecer estimativas condizentes com a arrecadação orçamentária atual e, efetivamente, avaliar a eficácia e eficiência das ações desenvolvidas na Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública.

3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento anual, aprovado na Lei nº 4.321, de 28 de dezembro de 2017, estimou receita e fixou despesa para os órgãos beneficiados pelos recursos incidentes de custas e emolumentos judiciais do Estado em R\$ 114.009.854,00 (cento e quatorze milhões, nove mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais), sendo destinado para o Fundo Especial da Defensoria Pública – FUNDEP/RO, a importância de R\$ 7.245.954,00 (sete milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), inicialmente, representando, aproximadamente, 6,35% da despesa fixada.

A dotação inicial, após suplementações ocorridas no exercício de 2018, passou ao montante de R\$ 11.950.064,49 (onze milhões, novecentos e cinquenta mil e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), cuja execução se deu da seguinte forma:

	Dotação Atualizada(a)	Despesas Empenhadas(b)	Despesas Liquidadas(c)	Despesas Pagas (d)	Saldo (e)=(a-b)
FUNDEP/RO	R\$ 11.950.064,49	R\$ 3.805.710,26	R\$ 3.327.278,70	R\$ 3.309.610,53	R\$ 8.144.354,23

Fonte: SIAFEM – acesso em 14 de março de 2019.

4. Segundo informações colhidas junto ao site da DPE/RO, no campo: Downloads ► Planejamento ► Portarias de Remanejamento e Ajuste Orçamentário - Exercício 2018 (<https://www.defensoria.ro.def.br/site/index.php/downloads/category/56-2018-01-22-11-33-52>), o total de remanejamentos, suplementações e adequações orçamentárias, no decorrer do exercício de 2018, resultou no montante de R\$ 1.764.218,34 (um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos), estando dentro, portanto, do limite estabelecido no art. 8º, da Lei n. 4.321/17 (LOA 2018).

4. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA

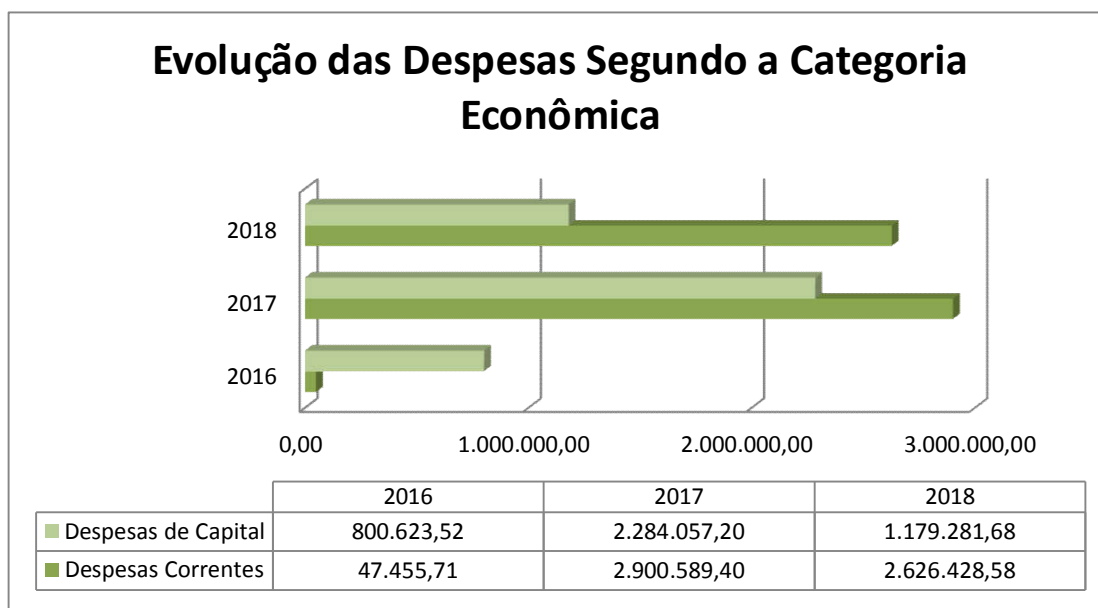
Baseado no Anexo 01 da Lei Federal nº. 4.320/64 da Defensoria Pública, a tabela a seguir demonstra a utilização das dotações orçamentárias nos níveis de Categoria Econômica:

Tabela do Anexo 01 – Exercício 2018

Título	Valor (R\$)	%
Despesas Correntes	2.626.428,58	69,01%
Despesas de Capital	1.179.281,68	30,99%
TOTAL	3.805.710,26	100%

Fonte: SIAFEM – acesso em 14 de março de 2019.

Assim, observa-se que a Despesa Correntes representam 69,01% dos dispêndios utilizados no exercício, e as Despesas de Capital consumiram, aproximadamente, 30,99% da dotação total utilizada.



Fonte: https://transparencia.defensoria.ro.def.br/media/arquivos/Prestacao_Contas_Anual_2017_Defensoria.pdf

Fazendo um comparativo das despesas do exercício de 2018 com o ano imediatamente



anterior (2017), observamos uma leve diminuição na execução das despesas, tanto nas Correntes quanto nas de Investimentos, conforme apresentado no gráfico acima.

5. ANÁLISE DAS LICITAÇÕES E DESPESAS

Atualmente, no fluxo processual de aquisições e procedimentos licitatórios, há a tramitação dos processos por este setor de Controle Interno, consistindo na verificação da conformidade dos atos administrativos, dessa forma, faz-se o acompanhamento simultâneo dos atos de licitação, homologação, contratação e pagamentos.

Segundo dados fornecidos pela Comissão Permanente de Compras e Licitações – CPCL (memorando n. 010/2019/CPCL/DPE/RO), até o final do exercício de 2018, foram abertos 32 (trinta e dois) procedimentos licitatórios na modalidade pregão eletrônico e 02 (dois) certames com a modalidade pregão presencial. Destes procedimentos, 01 (um) adjudicado, 01 (um) em fase de habilitação, 03 (três) aguardando licitação, 03 (três) desertos, 02 (dois) revogados, 02 (dois) fracassados e 22 (vinte e dois) homologados.

A execução das licitações, atualmente, não realiza distinção quanto aos valores despendidos pela Unidade Gestora: 30.001 – Defensoria Pública e pela Unidade Gestora: 30.011 – Fundo Especial da Defensoria Pública, com isso os dados informados são aqueles consolidados pela execução das duas unidades gestoras.

Nos processos dos certames licitatórios registrou-se que todos os procedimentos foram realizados dentro dos ditames legais que regem a matéria e as disposições da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Lei Complementar n° 123/06, Decreto Federal 5.450/2005, Decreto Estadual 12.205/2006 e Decreto Estadual n° 12.234/06.

6. GESTÃO FINANCEIRA

No que se refere à execução financeira correlacionada com a orçamentária, buscou-se atestar a confiabilidade das informações contidas nos demonstrativos e balancetes do órgão, efetuando verificação contábil sobre os valores apresentados no SIAFEM, o que resultou na seguinte tabela:



Especificação	Valor RS
Saldo do exercício anterior	6.250.564,41
(+) Receita Orçamentária + Transferências Recebidas	8.283.476,62
(+) Receita Extra-Orçamentária	551.214,48
(-) Despesas Orçamentárias	3.805.710,26
(-) Despesas Extra-Orçamentárias	1.402.829,74
Saldo financeiro para o exercício seguinte	9.876.715,51

Fonte: SIAFEM, acessado em 14 de março de 2019.

O Anexo 13 - Balanço Financeiro dá destaque aos ingressos e dispêndios provenientes da execução orçamentária, sendo importante atentar para o que dispõe o parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64, que preceitua que os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Diante dos dados apresentados na tabela acima, se diminuirmos do “saldo para o exercício seguinte” menos o “saldo do exercício anterior”, teremos o resultado financeiro do Fundo Especial da Defensoria Pública – FUNDEP, no exercício 2018, que resulta em R\$ 3.626.151,10 (três milhões, seiscentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta e um reais e dez centavos).

7. GESTÃO PATRIMONIAL

Com relação ao saldo da conta Estoque, no montante de R\$ 218.344,70 (duzentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e quatro centavos), que apresentou aumento relevante, quando comparado ao exercício anterior (2017), devido ao não cumprimento do art. 5º da Lei Estadual n. 3.537/2015, ou seja, os registros dos bens adquiridos com recursos do FUNDEP não foram incorporados ao patrimônio da Defensoria Pública (UG Principal: 30.001).

No entanto, o item 4 das Notas Explicativas⁹ demonstram o saldo consolidado dos

⁹ Fl. 48, do P.A 3001.0601.2018/DPE-RO (Prestação de Contas do Exercício 2018)



estoques da UG-300001 – DPE e da UG-300011 – FUNDEP, totalizando a importância de R\$ 301.000,47 (trezentos e um mil reais e quarenta e sete centavos). Assim, é possível verificar que existe diferença entre o saldo consolidado e o saldo do sistema patrimonial, no montante de R\$ 12.448,61 (doze mil, quatrocentos e quarenta e oito centavos e sessenta e um centavos), registrados a menor, no Sistema Patrimonial.

Da mesma forma ocorreram inconsistências nos saldos apresentados na conta de imobilizado, visto que os bens adquiridos não foram consolidados na UG-30001 e que o valor consolidado e o valor constante no relatório do sistema de gerenciamento do patrimônio apresentam diferença no montante de R\$ 276.474,94¹⁰ (duzentos e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), ou seja, aproximadamente 2,7% a menos do que o valor contábil registrado.

Ressaltamos que as medidas para regularização das inconsistências no SGA e SGP já vem sendo adotadas pela nova chefia do Grupo de Almoarifado e Patrimônio, e estão sendo tratadas no P.A. 3001.0601.2018/DPE-RO¹¹ e P.A. 3001.1196.2018/DPE-RO¹².

Em relação às demonstrações contábeis, salientamos a importância de fazer cumprir as determinações da Lei Estadual n. 3.537/2015.

8. AVALIAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS

A DPE/RO, por meio do FUNDEP/RO, imprime esforços no pagamento de suas obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações e prestação de serviços observando, para cada fonte diferenciada de recursos, a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, demonstrando respeito ao princípio da isonomia e atentando para a conformidade dos pagamentos de obrigações em conformidade ao disposto no art.5º da Lei 8.666/1993.

Ressalva-se que para tanto é preciso que no momento da exigibilidade dos pagamentos apresente recursos orçamentários e financeiros suficientes para o adimplemento de suas despesas. O cumprimento das obrigações depende ainda da correta apresentação do documento

¹⁰ item 5 das Notas Explicativas (Fl. 49, do P.A 3001.0601.2018/DPE-RO)

¹¹ Auditoria de Gestão no Grupo de Almoarifado e Patrimônio

¹² Comissão Especial de Trabalho de Inventário



fiscal e dos documentos contratuais, assim como do ateste da prestação dos serviços e/ou recebimento dos materiais.

9. CONCLUSÃO

Este relatório teve como alicerce os demonstrativos e relatórios que fazem parte desta Prestação de Contas, observando o desempenho administrativo, no que se refere à utilização dos recursos orçamentários e financeiros transferidos para a Instituição, visando obter dados que comprove os resultados, em conformidade com o planejamento e autorização da Lei Orçamentária.

A análise foi efetuada em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao serviço público e, conseqüentemente, está fundamentada no cumprimento das normas legais e regulamentares, provas evidenciadas nos registros contábeis, entre outros documentos e procedimentos necessários.

Por todo o exposto e pelas considerações apresentadas neste Relatório de Atividades/Gestão Institucional, com a devida avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, versão 2018, constata-se que as demonstrações financeiras mencionadas (anexas à Prestação de Contas) representam a posição econômica, financeira e patrimonial do FUNDEP/RO.

10. RECOMENDAÇÕES

- 1) Implantação de uma ferramenta que disponibiliza na internet a ordem cronológica dos pagamentos desta DPE/RO, em atendimento a IN nº 55/2017/TCE-RO, com o objetivo de dar transparência aos dados da administração pública;
- 2) Consolidação mensal dos bens permanentes lançados pelo Grupo de Contabilidade da UG-300011 – FUNDEP para a UG-300001 – DPE, em atendimento ao art. 5º, da Lei Estadual n. 3.537/2015;
- 3) Elaboração das Notas Explicativas de forma segregada, incluindo-as imediatamente após a demonstração contábil a qual se refere;
- 4) Otimizar as ações para efetivação e uso do novo sistema informatizado de controle patrimonial, objeto de convênio com a Defensoria Pública do Estado de Tocantins –



DPE/TO.

Porto Velho, 21 de março de 2019.

Fabiana Franco Viana
Chefe do Controle Interno
Portaria n. 157/2019-GAB/DPE

CERTIFICADO DE AUDITORIA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
EXERCÍCIO – 2018
UG-300011 – FUNDEP/RO



CERTIFICADO DE AUDITORIA

Exercício Financeiro: 2018
Órgão : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Unidade Orçamentária: 300011 – FUNDEP/RO
Ordenador de Despesas: MARCUS EDSON DE LIMA – Defensor Público-Geral

O Controle Interno da Defensoria Pública do Estado de Rondônia certifica que os atos de gestão do Defensor Público-Geral, Dr. Marcus Edson de Lima, referentes ao exercício financeiro de 2018, respeitaram os princípios constitucionais, da legalidade e legitimidade na execução dos orçamentos e no cumprimento da gestão fiscal.

As demonstrações contábeis foram capazes de apresentar a situação patrimonial, orçamentária e financeira da DPE/RO em conformidade com as disposições da Lei n. 4.320/64, da LC n. 101/2000, do art. 7º da IN n. 013/TCE-RO-2004 e demais normas de contabilidade aplicada ao setor público.

Pelas razões acima expostas, e considerando:

- 1) As inconsistências apontadas no item 7. Gestão Patrimonial – relativas ao saldo da conta de estoque e da conta de imobilizado, que não foram incorporados ao patrimônio da Defensoria Pública (UG Principal: 30.001) – não comprometem a probidade na administração dos recursos públicos.

Certificamos a **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelo Defensor Público-Geral, Dr. Marcus Edson de Lima.

Porto Velho, 21 de março de 2019.

Fabiana Franco Viana
Chefe do Controle Interno
Portaria n. 157/2019-GAB/DPE

RELATÓRIO DE GESTÃO
2018
FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA - FUNDEP



ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Marcus Edson de Lima
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

Hans Lucas Immich
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL

Antônio Fontoura Coimbra
CORREGEDOR-GERAL

Marílya Gondim Reis
CORREGEDORA-AUXILIAR

Kelsen Henrique Rolim dos Santos
CHEFE DE GABINETE

Rithyelle de Medeiros B. do Nascimento
ASSESSORA JURÍDICA-CHEFE

Victor Hugo de Souza Lima
SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO
SUPERIOR

Gilberto Leite Campelo
DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS

CONSELHO SUPERIOR **Biênio 2018-2020**

Marcus Edson de Lima

Hans Lucas Immich

Antônio Fontoura Coimbra

Raimundo Ribeiro Cantanhede Filho

Liliana dos Santos Torres Amaral

João Verde Navarro França Pereira

Diego César dos Santos

Flávio Júnior Campos Rodrigues

Roberson Bertone de Jesus

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Paulo Marcelo Silvestrini
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Fabiana Franco Viana
CONTROLE INTERNO

Clarice Catafesta
DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Anderson Sá Marchioro
DIVISÃO DE ENGENHARIA

Rayanne Cristina O. da Silva Araújo
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

Rocilece Pereira Santana Paixão
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pâmela Dias Carvalho
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

Ana Cláudia Sales Pinheiro
DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ricardo José Gouveia Carneiro
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Fernando Henrique Queiroz da Silva
GRUPO DE CONTABILIDADE

Érica Portugal Rodrigues
GRUPO DE PATRIMÔNIO E
ALMOXARIFADO

Élcio de Oliveira dos Prazeres
GRUPO DE SERVIÇOS GERAIS

Anles Kelly Rodolfo da Silva
GRUPO DE TRANSPORTES



APRESENTAÇÃO

Pautado no princípio da publicidade que rege a Administração Pública, esse relatório tem por objetivo informar e divulgar, interna e externamente, o desempenho do Fundo Especial da Defensoria Pública no ano de 2018.

Trata-se de uma síntese do conjunto de esforços empreendidos pela Defensoria Pública-Geral, em prol da relevante missão da Defensoria Pública de trabalhar para a concretização do direito fundamental de acesso à Justiça e do processo de efetivação de direitos dos cidadãos rondonienses, contribuindo, com presteza e eficiência, para a construção de um autêntico Estado Democrático de Direito.

Aqui estão elencadas as principais ações que têm por objetivos finais, fundamentalmente, a excelência no atendimento à população, como efetivo instrumento de transformação social e combate das desigualdades; o fortalecimento e a modernização da Instituição; e a valorização de seus membros e servidores.

Certamente, muito ainda há que se fazer em busca do ideal de fortalecer a Instituição e equilibrar o sistema estadual de justiça. Porém, as conquistas até aqui obtidas demonstram que a Defensoria de Rondônia está trilhando o caminho certo, rumo ao alcance de sua missão constitucional de promover o acesso à justiça com igualdade entre as partes, e contribuir para a efetivação dos direitos e garantias fundamentais.



1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Breve Histórico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia

A criação da Defensoria Pública no Estado de Rondônia remonta à instituição da Fundação de Assistência Judiciária de Rondônia – FUNAJUR, criada por meio da Lei nº 168, de 26 de novembro de 1987, que tinha por finalidade promover a defesa dos direitos e interesses de pessoas carentes perante o Poder Judiciário, em qualquer instância ou Tribunal, em todo o território do Estado de Rondônia.

Esta Fundação era um órgão setorial vinculado à Procuradoria Geral do Estado, que não dispunha de condições mínimas para ofertar assistência jurídica aos necessitados. Sensível a esta realidade, o então Desembargador Dimas Fonseca elaborou um projeto de lei instituindo a Defensoria Pública ligada à Administração Direta, cujo trabalho serviu de base para a edição do Estatuto da Fundação, antecipando assim, o que mais tarde viria a ser instituído em nível nacional pela Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, regulamentada pela Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organizou a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e nos Territórios e prescreveu normas gerais para sua organização nos Estados.

Com isso, criou-se, por meio da Lei Complementar nº 117, de 04 de novembro de 1994, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, cuja vinculação ao Poder Executivo permaneceria até meados de 2006, quando a Emenda à Constituição do Estado nº 43, de 14 de junho de 2006 c/c a Lei Complementar nº 357, de 26 de julho de 2006, conferiu à Instituição, independência e autonomia funcional, administrativa, financeira e iniciativa de elaborar sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Em 2014, a Instituição como um todo obteve um importante avanço com a aprovação da Emenda Constitucional nº 80/2014, que passou a dar tratamento de “instituição permanente”, além de ter estabelecido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Carta Magna, o dever da União, dos Estados e do Distrito Federal, no prazo de 8 anos, dotar as unidades jurisdicionais de número de defensores públicos proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública, atendendo prioritariamente as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.



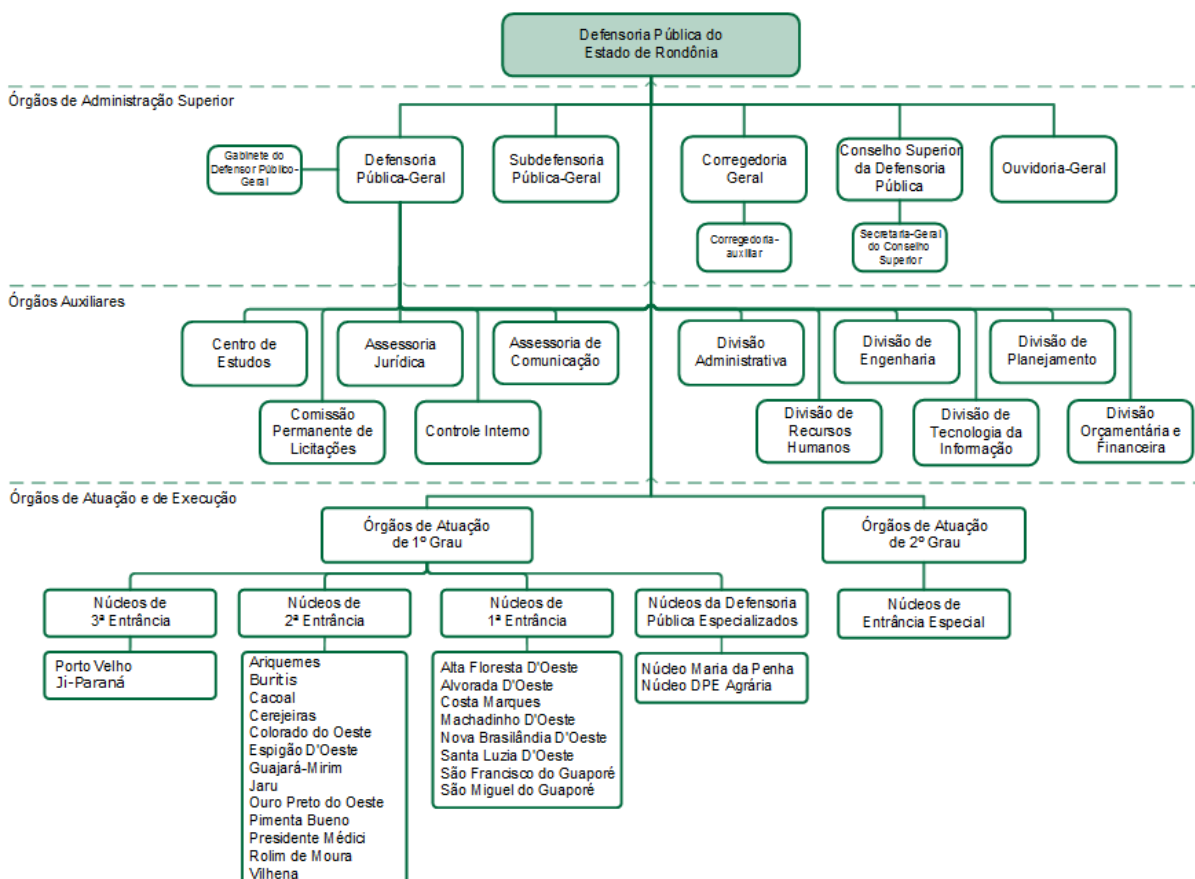
1.2. Organização administrativa

O aperfeiçoamento da estrutura organizacional da Instituição, tanto da área meio quanto da área finalística tem sido uma preocupação constante da atual administração.

Assim, foi submetido em 2018 à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia um projeto de Lei Complementar que visa promover reordenação do quadro de cargos de direção superior e assessoramento da Defensoria Pública, a fim de trazer melhor organização do órgão e maior eficiência dos setores.

Enquanto o projeto tramita, trabalhamos com a estrutura organizacional disposta na forma do organograma abaixo:

Figura 1 – Organograma da Defensoria Pública.





1.3. Corpo funcional

Ao findar do exercício de 2018, o corpo funcional da Defensoria Pública estava composto por 489 pessoas: 69 membros ativos; 103 servidores efetivos do quadro administrativo próprio da Instituição; 15 servidores efetivos cedidos por outros órgãos; 212 servidores ocupantes de cargos comissionados sem vínculo; e 90 estagiários.

Em comparação aos anos de 2016 e 2017, o órgão ampliou seu quadro próprio e reduziu o quadro de servidores comissionados, conforme disposto a seguir:

Tabela 1 – Evolução do quadro de pessoal da Defensoria Pública no período de 2016 a 2018.

Vínculo	2016	2017	2018
Defensores Públicos	68	64	69
Servidores efetivos do quadro próprio	25	62	103
Servidores cedidos	34	21	15
Servidores comissionados	288	232	212
TOTAL	415	379	399
Estagiários	60	71	90
TOTAL	475	450	489

Fonte: Folha de Pagamento da DPE/RO.

Tal avanço foi possibilitado pela realização do I Concurso para provimento de cargos do quadro administrativo da Defensoria Pública, ocorrido em maio de 2015. A partir de janeiro de 2016, foram iniciadas as posses e nomeações, a fim de equilibrar o quadro de servidores concursados e de servidores comissionados.

Esta não tem sido uma tarefa fácil, uma vez que o custo de um servidor efetivo é, em média, três vezes superior ao custo de um servidor comissionado. Contudo, foi adotada uma política de substituição gradual, aliada à contratação de estagiários e à manutenção do equilíbrio orçamentário, a partir da qual foi possível manter praticamente a mesma força de trabalho sem prejuízos significativos ao atendimento à população.

Assim, no período de 2016 a 2018, o quadro de servidores efetivos foi ampliado em 75% e o quadro de comissionados reduzido em 35%, na expectativa de alcançar-se o equilíbrio no ano de 2019.

Para fortalecer ainda mais a consecução de suas atividades institucionais, é desenvolvido o programa de estágio de nível superior da Defensoria Pública, que de



modo igualmente benéfico, proporciona aos alunos os instrumentos de preparação para inserção no mercado de trabalho, mediante ambiente de aprendizagem adequado e acompanhamento pedagógico supervisionado por profissional especializado.

Nessa perspectiva, em 2018 foi realizado o VIII Processo Seletivo para provimento de vagas e cadastro reserva de estagiários, a partir do qual foi ampliado o quadro de estagiários do órgão em 50% ao comparar o período de 2016 a 2018.

Ao analisar a distribuição do quadro de pessoal nas regiões do Estado na Tabela 2, verifica-se a seguinte distribuição:

Tabela 2 – Distribuição do quadro de pessoal da DPE/RO por região do Estado em dezembro/2018.

Região	Defensores Públicos	Servidores efetivos	Cedidos	Cargos em Comissão	Estagiários	Total
Região I – Porto Velho	39	80	10	73	48	250
Região II – Ariquemes	5	2		19	8	34
Região III – Jaru	2	1		10	2	15
Região IV – Ouro Preto do Oeste	1	1	2	8	1	13
Região V – Ji-Paraná	5	6	2	24	13	50
Região VI – Cacoal	6	7	1	17	8	39
Região VII – Vilhena	5	3		22	3	33
Região VIII – Rolim de Moura	4	2		22	6	34
Região IX – São Francisco do Guaporé	1			10	1	12
Região X – Guajará-Mirim	1	1		7		9
Total	69	103	15	212	90	489

Fonte: Folha de Pagamento da DPE/RO.

A maior concentração da mão de obra é verificada nas Regiões I e V, considerando a maior demanda de atendimentos e ações nessas localidades.

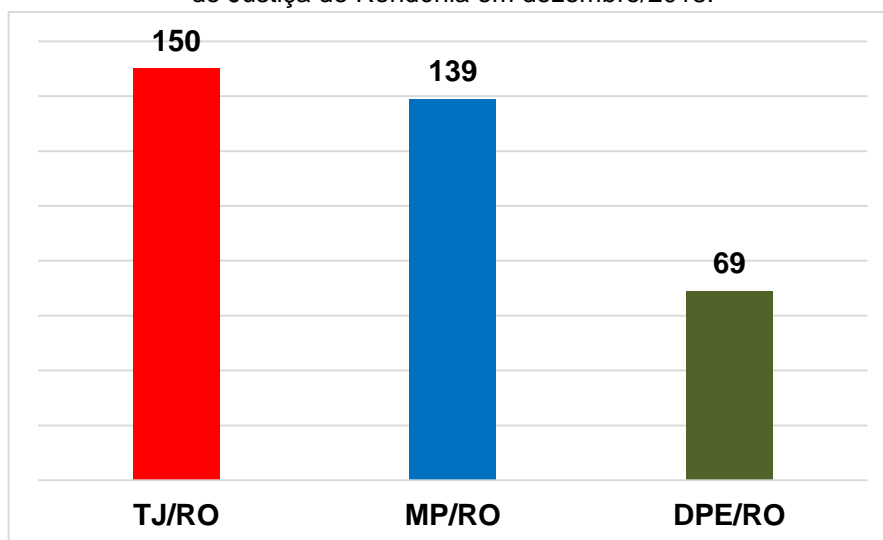
Em busca de fortalecer o quadro de membros da Defensoria e ampliar os atendimentos, foi deflagrado em 2017 e homologado em 2018 o IV Concurso Público para provimento de cargo de Defensor Público Substituto da Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Em junho de 2018, foram nomeados e empossados 9 novos defensores públicos.



Neste sentido, considerando que o Sistema de Justiça depende da atuação de vários agentes (Defensores Públicos, Membros do Ministério Público e Magistrados), exige-se paridade instrumental, equilíbrio estrutural e remuneratório, a fim de que os atores possam desempenhar seus papéis com máxima efetividade, atendendo a população rondoniense de acordo com o comando constitucional.

Contudo, ainda há colossal disparidade entre as Instituições que compõem o Sistema Estadual de Justiça. O Gráfico 1 exibe um comparativo entre o número de membros de cada órgão que compõe o sistema, comprovando a necessidade de fortalecimento da Defensoria Pública.

Gráfico 1 – Quantitativo de Membros do Sistema Estadual de Justiça de Rondônia em dezembro/2018.



Fonte: Portal da Transparência do TJ/RO e MP/RO; Folha de Pagamento da DPE/RO.

2. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1. Áreas de atuação

A Defensoria Pública é o órgão estatal que cumpre o dever constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população que não possui condições financeiras de pagar as despesas destes serviços. A gratuidade de justiça abrange honorários advocatícios, periciais, e custas judiciais ou extrajudiciais e a assistência jurídica abrange, além da postulação ou defesa em processo judicial, também o patrocínio na esfera extrajudicial e aconselhamento jurídicos.

Dessa forma, a Defensoria Pública é uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado e à democratização da Justiça, tendo atribuição principalmente em áreas como: acidente de trabalho, ação cível, criminal, execução de medidas socioeducativas, execução penal, defesa da mulher, família e saúde.

2.2. Mapa de atuação

Atualmente, a Defensoria Pública está presente em 23 municípios no Estado, contando com um total de 26 unidades de atendimento, uma vez que além das sedes da Capital e dos núcleos de comarcas, há também unidades de primeiro atendimento (Núcleos da Cidadania) localizadas na Zona Leste da Capital e nas unidades do “Tudo Aqui” de Porto Velho e Ji-Paraná.

Figura 2 – Mapa de atuação da Defensoria Pública no Estado de Rondônia.





3. ACOMPANHAMENTO DAS METAS E INICIATIVAS DO PPA 2016-2019

3.1. Programa 2046 - Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública

Descrição: Promover o desenvolvimento cultural de membros e servidores.

Resultados alcançados até 2018

Oferecidas capacitações ao corpo funcional, a fim de investir no aperfeiçoamento do capital humano da Defensoria Pública, por meio da participação em eventos, cursos, seminários, congressos e programas de formação continuada, presenciais e à distância.



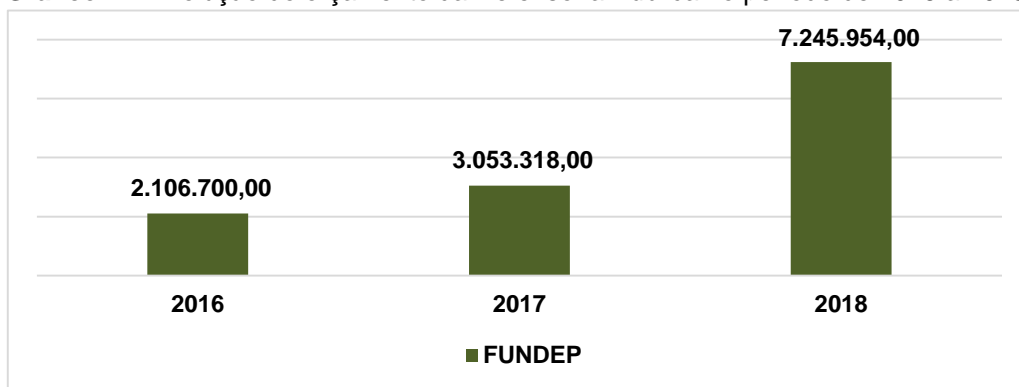
4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Ampliação das receitas do FUNDEP

Após a aprovação da Lei nº 3.537, de 15 de abril de 2015, regulamentada em julho/2016, por meio do Provimento Conjunto nº 004/2016-PR-CG, do Tribunal de Justiça do Estado e da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado, foi garantido ao Fundo Especial da Defensoria Pública – FUNDEP, a participação em 7,5% das receitas incidentes sobre o recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais realizadas por todas as serventias cartorárias do Estado de Rondônia.

Essa conquista ampliou significativamente a capacidade de investimento e crescimento da Defensoria Pública. O Gráfico 2 exibe a evolução do FUNDEP no período de 2016 a 2018.

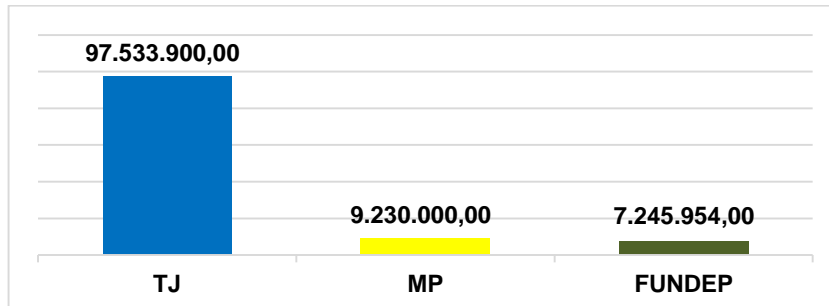
Gráfico 2 – Evolução do orçamento da Defensoria Pública no período de 2016 a 2018.



Fonte: Divisão de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.

No entanto, considerando os Fundos de outros órgãos que igualmente obtêm recursos oriundos das receitas incidentes sobre recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais, o orçamento da Defensoria ainda figura como o menor em relação aos demais, conforme visualiza-se no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Fundos dos Poderes do Estado de Rondônia em 2018.

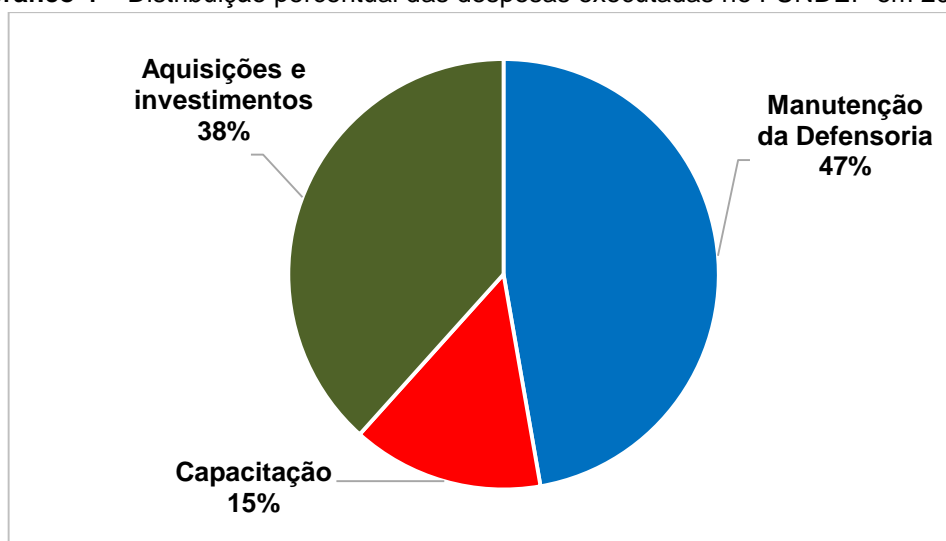


Fonte: Leis Orçamentárias dos anos de 2016, 2017 e 2018.

4.2. Execução orçamentária e financeira

No que se refere à execução orçamentária e financeira no ano de 2018, foi executado aproximadamente 3,3 milhões de reais do Fundo Especial da Defensoria, distribuídos em despesas com manutenção da defensoria, capacitação de membros e servidores, aquisições e investimentos, conforme visualiza-se no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Distribuição percentual das despesas executadas no FUNDEP em 2018.



Fonte: Divisão de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.

Os detalhes da execução orçamentária e financeira no ano de 2018 seguem demonstrados na Tabela 3.

Tabela 3 – Demonstrativo da execução orçamentária do FUNDEP no exercício de 2018.

Fonte	Programa	Ação	Finalidade	Crédito disponível (\$)	Total executado (\$)	Percentual executado (%)
0230	2046	1026	Aparelhar as unidades da Defensoria	1.684.522,39	851.972,26	50,58
0230	2046	1096	Modernizar a gestão e sistemas de informação	2.880.000,00	406.025,48	14,10
0230	2046	1098	Implantar núcleos de atendimento	2.423.193,00	17.928,96	0,74
0230	2046	2108	Capacitar os membros e servidores	922.404,00	479.197,52	51,95
0230	2046	2182	Manutenção da Defensoria	4.039.945,10	1.572.154,48	38,92
Total				11.950.064,49	3.327.278,70	27,84%

Fonte: Divisão de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.

Ao analisar as ações de aparelhamento da Defensoria e modernização da gestão e sistemas de informação, foram realizados procedimentos de aquisição de



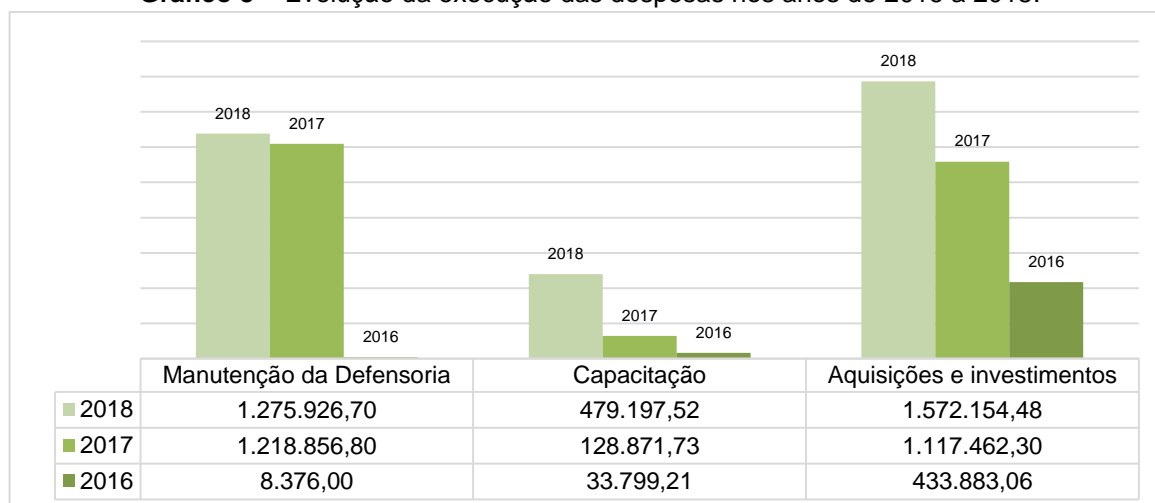
bens para dotar a sede, os núcleos de comarcas e demais postos de atendimento de veículos, móveis, equipamentos, recursos de tecnologia de informação e comunicação visando proporcionar o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão.

Destaca-se que os valores estimados das licitações em confronto aos valores homologados indica uma diferença de aproximadamente 972 mil reais, o que representa uma economia de 32% aos cofres públicos nas licitações realizadas. Os detalhes das aquisições e contratações podem ser verificadas no item 5.3 deste relatório.

Sobre a ação para capacitação do corpo funcional, a ação foi executada de acordo com as demandas dos próprios membros e servidores, visando investir no aperfeiçoamento do capital humano da Defensoria Pública, por meio da participação em eventos, cursos, seminários, congressos e programas de formação continuada, presenciais e à distância, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e ampliar a capacidade intelectual em assuntos das áreas jurídica e administrativa. Maiores detalhes das capacitações oferecidas são demonstradas no item 5.4 deste relatório.

A fim de demonstrar a evolução da maturidade do órgão no que se refere à execução orçamentária e financeira, segue no Gráfico 5 a evolução da execução das despesas nos anos de 2016 a 2018.

Gráfico 5 – Evolução da execução das despesas nos anos de 2016 a 2018.



Fonte: Divisão de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.



5. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO

5.1. Ampliação da transparência

Em obediência à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e à Instrução Normativa nº 52/2017-TCE/RO, e ainda visando fortalecer a ferramenta que permite ao cidadão conhecer e questionar a Administração Pública, acreditando no papel da sociedade na fiscalização do Estado, foi reformulado pela equipe de programadores e técnicos do órgão o Portal da Transparência da Defensoria Pública do Estado, atingindo em 2018 o índice de 94,3% de transparência, e sendo premiado com o Certificado de Qualidade em Transparência Pública, concedido pelo Tribunal de Contas do Estado.

O acesso pode ser realizado por meio do link disponível no sítio institucional ou pelo endereço <https://transparencia.defensoria.ro.def.br/>.



5.2. Implantação de sistemas de informação

A partir de parcerias firmadas com outras Defensorias do país para transferência de tecnologia de sistemas informatizados, foram aderidos sistemas desenvolvidos pela Defensoria Pública do Tocantins, como o Sistema Solar, que compila informações desde o primeiro atendimento dos assistidos, registrando todo o histórico processual e documental, e o Sistema Athenas que gerencia as diversas atividades do setor de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Patrimônio e Almoxarifado.

5.3. Aquisições de bens e serviços

Com foco na melhoria contínua dos serviços prestados e no aumento da produtividade dos membros e servidores, tanto na área meio quanto na área finalística, a atual gestão priorizou a aquisição de equipamentos, materiais permanentes e mobiliário, tais como:

- ✓ Aparelho telefônico IP para implantação do Call Center;
- ✓ Aparelhos telefônicos sem fio;
- ✓ Bebedouros;
- ✓ Cadeiras giratórias;
- ✓ Computadores com monitor;
- ✓ Condicionadores de ar;
- ✓ Equipamentos de rede;



- ✓ Guilhotina de papel;
- ✓ Impressoras multifuncionais;
- ✓ Leitores de CD/DVD;
- ✓ Máquina de crachás;
- ✓ Modems sem fio;
- ✓ Portão para o núcleo de Nova Brasilândia;
- ✓ Tokens para certificação digital A3;
- ✓ Toners para impressoras;
- ✓ Unidades de imagem de impressora e kits de cilindro fotocondutor;
- ✓ Vestes talares;

Tendo em vista a modernização da gestão e sistemas de informação, foram adquiridos também os seguintes serviços:

- ✓ Licenças de uso e atualização de softwares de antivírus;
- ✓ Licenças de uso do pacote Microsoft Office 2016;
- ✓ Licenças de softwares para implantação do Call Center.

Além disto, foram mantidos os 71 contratos de serviços continuados que garantem a atuação da Defensoria, como: despesas de locação de imóveis (23%), vigilância ostensiva (16%), despesas de teleprocessamento (17%), serviços de energia elétrica (7%), limpeza e conservação (3%), manutenção e conservação de máquinas e equipamentos (3%), passagens aéreas (1%), postagens e correios (2%), serviços de água e esgoto (2%), e o restante distribuído em outras despesas como manutenção e conservação de bens imóveis, seguros em geral, serviços bancários, cópias e reprodução de documentos, serviços de processamento de dados, assinatura de periódicos, serviços de *coffee break*.

Outra despesa que garante a prestação de serviços gerais e administrativos em todas as unidades da Defensoria é o convênio com o Fundo Penitenciário de Rondônia (FUPEN), no qual a Instituição repassa à Secretaria de Justiça (SEJUS) os recursos para pagamento das taxas administrativas e remuneração aos 13 (treze) reeducandos em regime semiaberto e fechado do sistema prisional rondoniense que atuam no órgão.

Essa parceria é benéfica para o órgão, pois contribui com a economia na contratação de serviços terceirizados, e ainda oferece oportunidades de ocupação produtiva aos detentos para a reinserção destes no mercado de trabalho.

5.4. Valorização de membros e servidores

Um dos compromissos essenciais assumidos pela atual gestão foi o de fortalecer o quadro da Defensoria a carreira de Defensor Público no Estado. Nesse sentido, diversas ações foram desenvolvidas voltadas ao alcance desse objetivo, das quais destacam-se: nomeação e posse de novos membros e servidores efetivos, promoção de 7 membros para classes superiores, sendo 4 por critério de antiguidade e 3 por critério de merecimento, reconhecimento de direitos preteridos e concessão de verbas trabalhistas de caráter indenizatório e oferta de oportunidades diversas de capacitação.

Dentre as capacitações oferecidas aos membros, destaca-se a qualificação de 7 (sete) defensores através do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica (PPCJ) da Faculdade Católica de Rondônia, e participação de membros no II Congresso Internacional da ABRAFH e na XII Jornada Brasileira de Direito Processual.

Dentre as capacitações oferecidas aos servidores, destacam-se cursos sobre gestão de frota de veículos; curso sobre execução orçamentária, financeira e contábil; participação no 13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros; cursos sobre as novas regras para contratação de serviços segundo a Instrução Normativa 05/2017, contratação direta por dispensa e inexigibilidade, fiscalização de contratos administrativos e curso completo de licitação e contratos, curso de Português Jurídico *in company*, curso atualizado sobre licitação, contratação, gestão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, capacitação na Semana Nacional de Estudos Avançados “Pregão Week”, capacitação sobre E-social e EFD-REINF e ainda curso de aspectos práticos e controversos do Estágio Probatório.

Foram organizados ainda pelo próprio órgão o II Congresso da Defensoria, o Seminário "Precisamos Falar sobre Feminismo" e o II Seminário da Defensoria Pública no Interior, oferecidos ao público interno e externo.

Figura 3 – Cartazes de eventos realizados pela Defensoria em 2018.





6. ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

6.1. Ampliação do atendimento

Com a crescente divulgação de sua atuação, a população conhece cada vez mais o trabalho da Defensoria Pública e passa a saber como a instituição pode atender às mais diversas questões jurídicas, em especial aquelas que dizem respeito ao cotidiano.

Nesse sentido, a Defensoria Pública vivenciou um aumento expressivo de sua demanda nos últimos anos. Em 2018, foram realizados aproximadamente 552 mil atendimentos, frente aos 367 mil registrados em 2016 – um crescimento de cerca de 33%. A Tabela 4 demonstra esta evolução.

Tabela 4 – Comparativo dos atendimentos e ações realizadas pela DPE no período de 2016-2018.

Ações e Atendimentos	2016	2018
Cível	171.989	276.828
Criminal	89.107	98.530
Execução Penal	59.269	60.067
Extrajudicial	15.336	46.001
Família	18.586	28.309
Juizado da Infância e Juventude	1.130	9.314
Juizados Especiais	6.350	23.730
Segundo Grau Cível	2.820	4.850
Segundo Grau Criminal	3.224	4.276
TOTAL	367.811	551.905

Fonte: Corregedoria-Geral da DPE/RO.

6.2. SUS Mediado

Considerando os problemas decorrentes da falta ou prestação irregular dos serviços de saúde pública, a DPE-RO, em busca de reduzir o ajuizamento de ações sobre questões saúde, implementou em julho de 2016, o Programa SUS Mediado.

A partir do SUS Mediado, os problemas voltados ao setor da Saúde Pública passaram a ser resolvidos através de uma espécie de mesa-redonda integrada, envolvendo a Secretaria Estadual de Saúde, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria Municipal de Saúde, a Procuradoria-Geral do Município e a Defensoria Pública da União. No período de 2016 a 2018, 89% dos casos atendidos pela equipe foram solucionados administrativamente, sem a necessidade de ajuizamento.



Tamanho é o sucesso do programa, que em abril de 2018 foi decidida a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Defensoria Pública e a Secretaria Estadual de Saúde com a finalidade de levar o SUS Mediado aos municípios do interior do Estado, sendo Ariquemes o primeiro município a receber o programa, a partir de Termo de Cooperação assinado com a Prefeitura em novembro de 2018.

6.3. Projeto Defensoria em Movimento

Para aprimorar cada vez mais o atendimento, objetivando abranger a população carente de regiões mais distantes, como pequenos distritos, glebas e comunidades afastadas dos grandes centros, a DPE-RO lançou em março de 2018, no Espaço Alternativo de Porto Velho, o Projeto Defensoria em Movimento: a unidade móvel da Instituição totalmente equipada para realizar atendimentos.

A unidade móvel possui 11 metros de comprimento e aproximadamente 50 m² de área útil. É climatizada e possui acessibilidade, com elevador para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, banheiro com barras de apoio para cadeirantes e alarme de emergência audiovisual. Internamente, o veículo conta com ampla estrutura, com quatro baias para atendimento, sala de espera para 12 pessoas e sala privativa de audiência/conciliação.



A participação da Defensoria no Programa Bem-Estar Global, em abril de 2018, marcou a primeira ação da Unidade Móvel, com a realização de mais de 100 atendimentos. O caminhão do Projeto Defensoria em Movimento também participou da III Ação Cidadã da Escola do Legislativo, onde 64 pessoas foram atendidas e tiveram as mais variadas questões solucionadas.

Posteriormente, o projeto participou de ações como TRT Comunidade, Rondônia mais Segura e Operação Justiça Rápida, e levou o atendimento da Defensoria a localidades como Distrito de Nova Dimensão, Candeias do Jamari, Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Vilhena e outros.



7. PRESENÇA NA MÍDIA

Estar na mídia aumenta a visibilidade e aproxima a Instituição do cidadão, além de ser uma oportunidade de informar toda a população, com transparência e clareza, acerca dos serviços que são oferecidos pela Defensoria.

Nesse sentido, a DPE conta com o apoio da mídia para a divulgação dos projetos e ações por ela desenvolvidos em todos os veículos de comunicação - televisão, rádio, mídia impressa e web.

De uma forma dinâmica e interativa, a DPE também está presente nas redes sociais, como *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*, nas quais são postadas, frequentemente, novidades, informações e imagens, que ajudam na interatividade com a população em geral, que pode comentar, compartilhar e enviar mensagens.



<https://www.facebook.com/DefensoriaRO/>



<https://www.youtube.com/channel/UCmK5BXrJMLQLJn4YN2mYa0A>



https://www.instagram.com/dpe_ro/



https://twitter.com/DPE_RO

ENDEREÇOS E TELEFONES

SEDE

Rua Padre Chiquinho, 913, Pedrinhas
Telefone: (69) 3217-4700

NÚCLEO DA CIDADANIA PORTO VELHO - TUDO AQUI

Av. 7 de Setembro, 830, Centro
Telefone: (69) 3216-7279

POSTO DE ATENDIMENTO DA ZONA LESTE
Rua José Amador dos Reis, 3330, Tancredo
Neves

Telefone: (69) 3229-2352

ALTA FLORESTA

Rua Espírito Santo, 3845, Centro
Telefone: (69) 3641-2805

ALVORADA DO OESTE

Av. Marechal Deodoro, 4781, Centro
Telefone: (69) 3412-3475

ARIQUEMES

Av. Canaã, 2647, Setor 03
Telefone: (69) 3536-8665

BURITIS

Rua Ibiara, 51, Edifício Terezinha, Setor 03
Telefone: (69) 3238-3559

CACOAL

Rua José do Patrocínio, 1284, Princesa Isabel
Telefone: (69) 3443-6928

CEREJEIRAS

Av. Aracaju, 827, Centro
Telefone: (69) 3342-3341

COLORADO DO OESTE

Rua Paulo de Assis Ribeiro, 4043, Centro
Telefone: (69) 3341-1390

COSTA MARQUES

Av. Chianca, 2005, Setor 3, Centro
Telefone: (69) 3651-3661



ESPIGÃO DO OESTE

Av. Rio Grande do Sul, 2652, Centro
Telefone: (69) 3481-1422

GUAJARÁ-MIRIM

Av. Princesa Isabel, 3653, 10 de Abril
Telefone: (69) 3541-5618/3541-4502

JARU

Rua Raimundo Catanhede, 1247, Setor 02
Telefone: (69) 3521-5533

JI-PARANÁ

Av. Marechal Rondon, 527, Centro
Telefone: (69) 3422-7112

MACHADINHO DO OESTE

Av. Diomero Moraes Borba, 3181, Centro
Telefone: (69) 3581-3061

NOVA BRASILÂNDIA

Rua das Palmeiras, 3630, Setor 13
Telefone: (69) 3418-3516

OURO PRETO DO OESTE

Rua Gonçalves Dias, 4168, União
Telefone: (69) 3461-2923/3461-1865

PIMENTA BUENO

Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada
Telefone: (69) 3451-7209

PRESIDENTE MÉDICI

Rua Castelo Branco, 2583, Centro
Telefone: (69) 3471-3405

ROLIM DE MOURA

Av. João Pessoa, 4525, Centro
Telefone: (69) 3442-9290

SANTA LUZIA DO OESTE

Av. Brasil, 2548, Centro
Telefone: (69) 3434-2228

SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Av. São Paulo, S/Nº, Cidade Baixa - Fórum
Telefone: (69) 3621-2505

SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

Av. São Paulo, 1126-B, Cristo Rei
Telefone: (69) 3642-1465

VILHENA

Rua Carlos Obregon, 384, Jardim América
Telefone: (69) 3322-6578



RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

Rayanne Cristina Oliveira da Silva Araújo

Oswaldo Coutinho Magalhães

Diego Furtado da Costa

FOTOGRAFIAS

Acervo DPE-RO (Assessoria de Comunicação)

CAPA

Alexandre Lúcio Fernandes

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO PATRIMONIAL

Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.876.461,02	6.250.309,92
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Restituíveis	254,49	254,49
Demais Créditos a Curto Prazo	82.836,50	41.564,00
Invest e Aplic Tempor Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	218.344,70	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	10.177.896,71	6.292.128,41
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo		
Créditos a Longo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a LP	0,00	0,00
Investimentos Temporários a LP	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00
Imobilizado	2.236.763,30	93.368,93
Bens Moveis	2.236.763,30	93.368,93
Bens Imoveis	0,00	0,00
(-) Deprec Exaus Amort Acumul.	0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Ind.	0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	2.236.763,30	93.368,93
TOTAL DO ATIVO	12.414.660,01	6.385.497,34

Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trab. e Previdenciárias	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Fornec e Contas a Pagar Curto Praz	34.666,88	74.319,69
Obrigações Fiscais a CP	0,00	0,00
Valores Restituíveis	254,49	254,49
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações de Curto Prazo	0,00	0,00
Total do Passivo Circulante	34.921,37	74.574,18
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
Obrigações Trab. e Previdenciárias	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos LP	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações de Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	34.921,37	74.574,18

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiant P/ Futuro Aumento de Capita	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados		
Superavit/Deficits do Exercício	6.068.815,48	2.938.915,71
Superáv/Defic de Exerc Anter	5.671.270,82	2.732.355,11
Ajustes de exerc anteriores	639.652,34	639.652,34
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	12.379.738,64	6.310.923,16
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.414.660,01	6.385.497,34

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
(LEI N° 4.320/1964) EXERCÍCIO 2018

	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO(I)		
Ativo Financeiro	9.876.715,51	6.250.564,41
Ativo Permanente	2.537.944,50	134.932,93
Total do Ativo	12.414.660,01	6.385.497,34
PASSIVO(II)		
Passivo Financeiro	513.352,93	1.546.453,92
Passivo Permanente		
Total do Passivo	513.352,93	1.546.453,92
SALDO PATRIMONIAL(III)=(I-II)	11.901.307,08	4.839.043,42

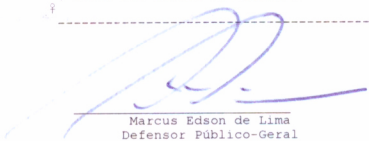
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
(LEI N° 4.320/1964) EXERCÍCIO 2018

	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Diárias Concedid/Pendênte Prest Con	82.836,50	41.564,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	82.836,50	41.564,00
Atos Potenciais Passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

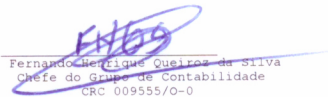
B

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
(LEI Nº 4.320/1964) EXERCÍCIO 2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS		
Ordinária	0,00	0,00
Vinculado	9.363.362,58	4.704.110,49
RECURSOS DESTINADOS AO FUNDEP	9.363.362,58	4.704.110,49
Total das Fontes de Recursos	9.363.362,58	4.704.110,49



Marcus Edson de Lima
Defensor Público-Geral



Fernando Henrique Queiroz da Silva
Chefe do Grupo de Contabilidade
CRC 009555/O-0



Ana Cláudia Sales Pinheiro
Chefe da Divisão de Orçamento Finanças



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS UG 300011 – FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

NOTA 1 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), os Princípios de Contabilidade, Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade 1.128 a 1.137/2008, as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), considerando-se o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

NOTA 2 – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO UTILIZADOS

As demonstrações foram geradas com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), administrado pela Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia.

NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163, de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Plano de Contas.

O registro, no aspecto orçamentário, obedeceu ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para as receitas e as despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Balanço patrimonial

NOTA 4 – Ativo Circulante

O montante registrado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde a R\$ 9.876.461,02 (nove milhões oitocentos e setenta e seis mil quatrocentos e sessenta e um reais e dois centavos) está representado pelos valores disponíveis em Bancos Conta Movimento e Aplicações Financeiras conforme demonstrativo abaixo:

CONTA BANCÁRIA	SALDO CONTÁBIL	SALDO FINANCEIRO	DIFERENÇA
001-2757X-100579	R\$ 9.268.342,39	R\$ 9.268.342,39	0,00
001-2757X-101958	R\$ 374.606,37	R\$ 374.606,37	0,00
001-2757X-7747x	R\$ 233.512,26	R\$ 233.766,75	R\$ 254,49
TOTAL	R\$ 9.876.461,02	R\$ 9.876.715,51	R\$ 254,49

A divergência entre o saldo bancário e saldo contábil é relativa a valores restituíveis, conforme demonstra no Balanço Patrimonial; e esse saldo financeiro está contido na com CONTA 001-2757X-7747X.

O saldo da conta estoques é de R\$ 218.344,70 (duzentos e dezoito mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), informamos que devido à determinação do artigo 5º da Lei 3.537/2015, os bens adquiridos pelo FUNDEP serão incorporados ao Patrimônio da Defensoria Pública. No entanto não foram realizados os procedimentos de transferência dos bens no sistema contábil. O quadro abaixo demonstra a consolidação e confrontação entre os saldos:

Conta estoques 30001	R\$ 82.655,77
Conta estoques 30011	R\$ 218.344,70
SALDO CONSOLIDADO- SIAFEM	R\$ 301.000,47
sistema patrimonial - DR	R\$ 288.551,86
SALDO DIFERENCIAL	R\$ 12.448,61

O saldo diferencial constante entre o SIAFEM e o Sistema Patrimonial correspondente aos materiais de expediente; material processamentos de dados e material de copa e cozinha e material limpeza que devido a grande movimentação desses itens não foi possível realização dos registros pertinentes. O Grupo de Patrimônio já foi notificado a regularizar tal situação.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

NOTA – 5 Ativo Não Circulante

Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Devido às dificuldades operacionais e de recursos materiais e humanos ainda não foi implantada a reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens. Encontra-se em fase de estudo sua implantação conforme estabelece o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais que estabeleceu o prazo para as entidades estaduais.

Informamos que foi feito um levantamento dos bens móveis desta defensoria no mês de outubro de 2018, os dados constantes no sistema patrimonial atual estão sendo migrados para um novo sistema, logo os mesmos não condizem com a realidade. Ressaltamos que devido à determinação do artigo 5º da Lei 3.537/2015, os bens adquiridos pelo FUNDEP serão incorporados ao Patrimônio da Defensoria Pública. No entanto não foram realizados os procedimentos de transferência dos bens no sistema contábil. O quadro abaixo demonstra a consolidação e confrontação entre os saldos do SIAFEM com o Sistema Patrimonial; e o relatório do inventário realizado no exercício de 2018:

SISTEMAS	VALOR R\$
SIAFEM 300001 - DPE	R\$ 8.125.235,33
SIAFEM 300011 - DPE	R\$ 2.236.763,30
SALDO SIAFEM CONSOLIDADO	R\$ 10.361.998,63
RELATÓRIO - SGA	R\$ 10.085.523,69
TOTAL	R\$ 276.474,94

O saldo diferencial é de R\$ 276.474,94 (Duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), tal divergência é referente itens danificados ou não encontrados. Ressaltamos que tais inconsistências já foram relatadas ao grupo de patrimônio e as devidas providências serão tomadas para os devidos ajustes.

NOTA 6 – Resultado do Exercício

No resultado do exercício houve superávit patrimonial de R\$ 6.068.815,48 (seis milhões sessenta e oito mil oitocentos e quinze reais e quarenta e oito centavos) e superávit financeiro de R\$ 9.363.362,58 (nove milhões trezentos e sessenta e três mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).


Fernando Henrique Queiroz da Silva
Analista Contábil
Matrícula: 300130631

UNIDADE GESTORA: 300011 - FUNDO ESPECIAL DEF. PUB. ESTADO RONDONIA
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2018

HORA EMISSÃO: 09:36:32
DATA EMISSÃO: 07/03/2019

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial(a)	Previsão Atualizada(b)	Receitas Realizadas(c)	Saldo d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	7.245.954,00	7.245.954,00	8.283.476,62	1.037.522,62
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.359.175,00	6.359.175,00	8.135.105,84	1.775.930,84
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	6.359.175,00	6.359.175,00	8.135.105,84	1.775.930,84
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	731.211,00	731.211,00	33.814,45	-697.396,55
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	731.211,00	731.211,00	33.814,45	-697.396,55
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	155.568,00	155.568,00	114.556,33	-41.011,67
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	13.532,48	13.532,48
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	550,00	550,00
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patri.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	155.568,00	155.568,00	100.473,85	-55.094,15
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Div Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	7.245.954,00	7.245.954,00	8.283.476,62	1.037.522,62
OPERACOES DE CRED. / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	7.245.954,00	7.245.954,00	8.283.476,62	1.037.522,62
DÉFICIT (VI)	0,00	4.704.110,49	0,00	-4.704.110,49
TOTAL (VII)=(V + VI)	7.245.954,00	11.950.064,49	8.283.476,62	-3.666.587,87
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Recursos Arrecadados em Ex. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	4.704.110,49			
Reabertura de créditos adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial(e)	Dotação Atualizada(f)	Despesas Empenhadas(g)	Despesas Liquidadas(h)	Despesas Pagas (l)	Saldo (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	4.215.858,00	7.169.968,49	2.626.428,58	2.310.704,33	2.293.557,78	4.543.539,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.215.858,00	7.169.968,49	2.626.428,58	2.310.704,33	2.293.557,78	4.543.539,91
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	3.030.096,00	4.780.096,00	1.179.281,68	1.016.574,37	1.016.052,75	3.600.814,32
INVESTIMENTOS	3.030.096,00	4.780.096,00	1.179.281,68	1.016.574,37	1.016.052,75	3.600.814,32
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)	7.245.954,00	11.950.064,49	3.805.710,26	3.327.278,70	3.309.610,53	8.144.354,23
AMORTIZ DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)=(XI+XII)	7.245.954,00	11.950.064,49	3.805.710,26	3.327.278,70	3.309.610,53	8.144.354,23
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	4.477.766,36	0,00	0,00	-4.477.766,36
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.245.954,00	11.950.064,49	8.283.476,62	3.327.278,70	3.309.610,53	3.666.587,87
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO-1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	331.039,84	16.998,71	134.647,57	179.393,56	16.998,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	331.039,84	16.998,71	134.647,57	179.393,56	16.998,71
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.140.839,90	0,00	1.140.489,19	350,71	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	1.140.839,90	0,00	1.140.489,19	350,71	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	1.471.879,74	16.998,71	1.275.136,76	179.744,27	16.998,71

ANEXO-2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	74.319,69	72.578,23	1.741,46	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	74.319,69	72.578,23	1.741,46	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	74.319,69	72.578,23	1.741,46	0,00

Marcus Edson de Lima
Defensor Público-Geral

Fernando Henrique Queiroz da Silva
Chefe do Grupo de Contabilidade
CRC 009555/O-0

Ana Cláudia Sales Pinheiro
Chefe da Divisão de Orçamento Finanças



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 7 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base nas orientações da IPC 07 e seguindo o modelo estatuído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Foi elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O orçamento anual do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia fixou suas despesas em R\$ 7.245.954,00 (sete milhões duzentos e quarenta e cinco mil novecentos e cinquenta e quatro reais), para o exercício em exame. No entanto, ocorreram suplementações orçamentárias, via créditos adicionais suplementares no montante de R\$ 4.704.110,49 (quatro milhões setecentos e quatro mil cento e dez reais e quarenta e nove centavos) oriundo do superávit orçamentário. Totalizando uma dotação atualizada de R\$ 11.950.064,49 (onze milhões novecentos e cinquenta mil sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - 2018		
UNIDADE: 300001-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA		
UNIDADE		ALTERAÇÕES
300011	TOTAL DE REMANEJAMENTO	R\$ 527.472,39
300011	TOTAL DE AJUSTES	R\$ 1.241.284,95

Dados Extraídos do Diver Port em 13 de Março de 2019

Comparando a dotação atualizada da defensoria pública com o total de remanejamentos efetuados verificar-se que as alterações orçamentárias se encontram dentro do limite do percentual de remanejamento.


Fernando Henrique Queiroz da Silva
Analista Contábil
Matrícula: 300130631

Ingressos			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			
Ordinária		8.283.476,62	7.844.583,78
Vinculada		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação		8.283.476,62	7.844.583,78
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Fundos		8.283.476,62	7.844.583,78
Recursos Vinculados à Convênios		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	54.668,66
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)			
Inscrição RPNP do Exercício		551.214,48	2.314.304,31
Inscrição RPP do Exercício		478.431,56	1.471.879,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		17.668,17	74.319,69
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS		55.114,75	42.325,63
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	0,00
Ajustes de exercícios anteriores		0,00	109.337,32
Compensações Financeiras - IPERON		0,00	616.441,93
Outros Ajustes Financeiros		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)			
Caixa e equivalente de caixa		6.250.564,41	1.747.876,95
Depósitos restit. e valores vinculados		6.250.309,92	1.747.622,46
		254,49	254,49
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		15.085.255,51	11.961.433,70

Dispêndios			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)			
Ordinária		3.805.710,26	5.184.646,60
Vinculada		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação		3.805.710,26	5.184.646,60
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Fundos		3.805.710,26	5.184.646,60
Recursos Vinculados à Convênios		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)			
Transferências Concedida para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedida Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)			
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		1.402.829,74	526.222,69
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		72.578,23	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.275.136,76	372.010,96
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS		55.114,75	42.325,63
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	109.337,32
Perdas de Investimentos Temporários		0,00	2.548,78
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)			
Caixa e equivalente de caixa		9.876.715,51	6.250.564,41
Depósitos restit. e valores vinculados		9.876.461,02	6.250.309,92
		254,49	254,49
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		15.085.255,51	11.961.433,70

Marcus Edson de Lima
 Defensor Público-Geral

Fernando Henrique Queiroz da Silva
 Chefe do Grupo de Contabilidade
 CRC 009555/0-0

Ana Cláudia Sales Pinheiro
 Chefe da Divisão de Orçamento Finanças



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

NOTA 8 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06.

Assim, o Balanço Financeiro contempla os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e o saldo em espécie do exercício anterior, conforme demonstrado abaixo:

INGRESSOS	VALOR
Receita orçamentária	R\$ 8.283.476,62
Transferências Extraorçamentárias	R\$ 551.214,48
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	R\$ 6.250.564,41
TOTAL	R\$ 15.085.255,51

Os Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a e o saldo em espécie para o exercício, consoante a planilha abaixo:

INGRESSOS	VALOR
Despesa Orçamentária	R\$ 3.805.710,26
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 1.402.829,74
SALDO para o Exercício Seguinte	R\$ 9.876.715,51
TOTAL	R\$ 15.085.255,51


Fernando Henrique Queiroz da Silva
Analista Contábil
Matrícula: 300130631